2 — Os sócios poderão deliberar, por acordo unânime de ambos, que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante de duzentos e cinquenta mil euros.

6.º

Gerência

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por ambos os sócios, os quais ficam desde já designados gerentes.

2 — A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos com a assinatura de dois gerentes.

7.º

Cessão de quotas

1 — A cessão total ou parcial de quotas a terceiros depende do prévio consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar e aos sócios em segundo.

2 — A cessão de quotas entre sócios é livremente permitida.

8.º

Por deliberação dos sócios podem ser derogadas as normas legais supletivas.

Está conforme o original.

26 de Agosto de 2005. — A Adjunta, *Ilda Pereira Marques de Almeida Santos*. 2007214296

CINFÃES

L. V. L. — COMÉRCIO DE CALÇADO, UNIPESSOAL, L.ª

Sede: Rua do Coronel Numa Pompílio, freguesia e concelho de Cinfães

Conservatória do Registo Comercial de Cinfães. Matrícula n.º 00354/20010316; identificação de pessoa colectiva n.º 505377799.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Of. averbamento n.º 01 à inscrição n.º 6, apresentação n.º 01 a 03/050118.

Cessação das funções de gerente de Paula Cristina Silveira da Costa. Data: 22 de Dezembro de 2004.

Causa: renúncia.

Inscrição n.º 13, apresentação n.º 04/050118.

Unificação das quotas de € 2250; € 2250 e € 500, numa única de € 5000, pertencente a João Paulo de Carvalho Pereira.

Inscrição n.º 14, apresentação n.º 05/050118.

Transformação em sociedade unipessoal.

Termos da transformação:

Sede: Rua do Coronel Numa Pompílio, freguesia e concelho de Cinfães.

Objecto: comércio de vestuário, calçado, malas e similares. Perfumaria.

Capital: € 5000.

Sócio e quota: João Paulo de Carvalho Pereira, com uma quota de € 5000.

Gerência: a sociedade é administrada pelo único sócio.

Nomeado gerente.

Data da deliberação: 22 de Dezembro de 2004.

Forma de obrigar: é suficiente a assinatura de um gerente.

Está conforme o original.

13 de Janeiro de 2005. — A Conservadora Interina, *Maria Manuel Ferreira de Campos Folhadela de Oliveira*. 2005623008

FONSECA & FILHOS, L.ª

Sede: Colégio, Tarouquela, Cinfães

Conservatória do Registo Comercial de Cinfães. Matrícula n.º 00306/990830; identificação de pessoa colectiva n.º 504439960.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Pela inscrição n.º 3, apresentação n.º 02/051130.

Alteração parcial do contrato:
Artigo aditado: 8.º

ARTIGO 8.º

1 — Por deliberação unânime dos sócios, poderão ser-lhes exigidas prestações suplementares de capital até ao décuplo do valor do capital social.

2 — Poderão ser feitos suprimentos à sociedade nas condições a estabelecer em assembleia geral.

Foi depositado o texto actualizado do contrato.

Conferida, está conforme o original.

9 de Dezembro de 2005. — A Conservadora Interina, *Maria Manuel Ferreira de Campos Folhadela de Oliveira*. 2005623598

TRANSPORTES TELINHOS, L.ª

Sede: Paçô, Oliveira, Cinfães

Conservatória do Registo Comercial de Cinfães. Matrícula n.º 00294/990701; identificação de pessoa colectiva n.º 504393910.

Certifico que, com relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

Pela inscrição n.º 10, apresentação n.º 01/051028.

Dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 15 de Outubro de 2005.

Conferida, está conforme o original.

4 de Novembro de 2005. — A Conservadora Interina, *Maria Manuel Ferreira de Campos Folhadela de Oliveira*. 2005625515

LAMEGO

DOUROVETE — CLÍNICA VETERINÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lamego. Matrícula n.º 00496/951229; identificação de pessoa colectiva n.º 503552828; inscrição n.º 5; número e data da apresentação: 09/20050409.

Certifico que foi efectuado o seguinte acto de registo:

Inscrição n.º 5; apresentação n.º 09/20050420.

Aumento de capital e alteração parcial do pacto.

Montante do aumento e como foi subscrito: € 35 000, em dinheiro, e subscrito por cada um dos sócios em partes iguais, que acresça à respectiva quota.

Artigos alterados: 1.º e 3.º, os quais têm a seguinte redacção:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação DOUROVETE — Clínica Veterinária, L.ª, e tem a sua sede na Rua do Dr. Manuel Cordeiro Laranjo, bloco C, rés-do-chão, direito, Lamego.

§ único. Por simples deliberação da gerência a sede social pode ser deslocada dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, bem como abrir sucursais, filiais ou outras formas de representação local.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro e já depositado nos termos legais, é de quarenta mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais, nos valores nominais de vinte mil euros cada pertencentes uma a cada um dos sócios Hélder João Pereira dos Santos e José Carlos Oliveira da Silva.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

5 de Maio de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira*. 2008187063

PEDRO FREITAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lamego. Matrícula n.º 00661/990614; identificação de pessoa colectiva n.º 504491245; número e data da apresentação: 02/20050906.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos relativos ao registo de prestação de contas do ano de 2004 da sociedade em epígrafe.

Conferida, está conforme.

27 de Janeiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira*. 2008183017

PEDRO FREITAS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lamego. Matrícula n.º 00661/990614; identificação de pessoa colectiva n.º 504491245; número e data da apresentação: 01/20050906.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos relativos ao registo de prestação de contas do ano de 2003 da sociedade em epígrafe.

Conferida, está conforme.

27 de Janeiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira*. 2008183009

FRUTAS LURDES & PAULO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lamego. Matrícula n.º 00517/960521; identificação de pessoa colectiva n.º 503642797; averbamento n.º 01 à inscrição n.º 1 e inscrições n.ºs 4, 5 e 6; números e data das apresentações: of. 01, of. 01, 02 e 03/20050704.

Certifico que foram efectuados os seguintes actos de registo: Averbamento n.º 01 à inscrição n.º 01, apresentação n.º 01/20050704.

Facto: cessação de funções de gerência de Maria de Lurdes Pinto dos Santos Pinheiro.

Causa: renúncia.

Data: 10 de Maio de 2005.

Inscrição n.º 4, apresentação n.º 01/20050704.

Facto: autorização de manutenção de nome.

Nome: Lurdes.

Autorizante: Maria de Lurdes Pinto dos Santos Pinheiro.

Data: 10 de Maio de 2005.

Inscrição n.º 5; apresentação n.º 02/20050704.

Facto: designação de gerente.

Gerente: Manuel Francisco dos Santos, mantendo-se em funções o sócio Paulo Fernando Pinto dos Santos.

Data da deliberação: 10 de Maio de 2005.

Inscrição n.º 6; apresentação n.º 03/20050704.

Facto: alteração parcial do pacto.

Artigo alterado: 3.º, o qual passa a ter e redacção constante do artigo integralmente reproduzido a seguir:

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de sete mil quatrocentos e oitenta e um euros e noventa e seis cêntimos e corresponde à soma de duas quotas nos valores nominais de três mil setecentos e quarenta euros e noventa e oito cêntimos, cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Paulo Fernando Pinto dos Santos e Manuel Francisco dos Santos.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada encontra-se depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme o original.

21 de Setembro de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Dirce Maria de Paiva Ribeiro Lobão Ferreira*. 2008178374

NELAS

PEDRAS DESLIZANTES — COMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Nelas. Matrícula n.º 587; identificação de pessoa colectiva n.º P 507406885; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 05/20050727.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo teor seguinte:

CAPÍTULO I

Denominação, sede, objecto e duração

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta o tipo de sociedade anónima, e a denominação de Pedras Deslizantes — Comércio por Grosso de Materiais de Construção, S. A.

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é no Bairro dos Fornos Eléctricos, na localidade e freguesia de Canas de Senhorim, concelho de Nelas, e pode ser transferida, nos termos da lei, por simples deliberação do conselho de administração, sem dependência de consentimento ou parecer de outros órgãos sociais.

2 — O conselho de administração poderá ainda criar, transferir ou extinguir outras formas locais de representação, dentro do condicionalismo do número anterior.

ARTIGO 3.º

1 — A sociedade tem por objecto a extracção de saibro, areia, pedra britada e extracção de outros minerais não metálicos, reciclagem de desperdícios não metálicos; demolição e terraplanagem; comércio por grosso e a retalho de materiais de construção (excepto madeira) e equipamento sanitário.

2 — A sociedade poderá participar no capital de qualquer outra sociedade, bem como integrar consórcios ou agrupamentos complementares de empresas por simples deliberação de administração.

ARTIGO 4.º

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Capital social e outras fontes de financiamento

ARTIGO 5.º

1 — O capital social é de cinquenta mil euros, encontrando-se integralmente realizado.

2 — O capital social pode ser aumentado, em uma ou mais vezes, até ao limite de cinco milhões de euros, por simples deliberação do conselho de administração.

ARTIGO 6.º

1 — O capital social é representado por acções nominativas ou ao portador, reciprocamente convertíveis, com o valor nominal de dez euros cada uma.

2 — Os títulos representativos poderão ser de uma, cinco, dez, cem, mil ou mais acções.

3 — As acções tituladas podem ser convertidas em escriturais, por iniciativa do conselho de administração.

4 — A sociedade pode, dentro dos limites legais, adquirir acções e obrigações próprias e realizar sobre as mesmas quaisquer operações permitidas por lei.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá emitir obrigações e outros instrumentos de dívida titulada, legalmente admissíveis, mediante deliberações do conselho de administração que fixará as condições de cada emissão.

CAPÍTULO III

Disposições comuns aos órgãos sociais

ARTIGO 8.º

A sociedade terá como órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal ou o fiscal único.

ARTIGO 9.º

1 — Das reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade serão sempre lavradas actas, devidamente assinadas por todos os membros presentes, das quais constarão as deliberações tomadas e as declarações de voto discordantes, se as houver.

2 — As actas da assembleia geral serão apenas assinadas pelo presidente da mesa e pelo secretário.